

Governo pede investigação de institutos de pesquisas

Ministro manda PF investigar institutos de pesquisa eleitoral

Anderson Torres (Justiça) diz que pedido atende representação contra empresas

César Feitoza

BRASÍLIA O ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, afirmou nesta terça (4) que encaminhou à PF (Polícia Federal) um pedido para abrir inquérito sobre os institutos de pesquisas eleitorais. "Esse pedido atende a representação recebida pelo MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública), que apontou condutas que, em tese, caracterizam a prática de crimes perpetrados por alguns institutos", disse o ministro nas redes sociais.

O advogado da Folha, Luis Francisco de Carvalho Filho, disse que não há fundamento jurídico para o inquérito. "Ainda não conheço detalhes, mas não há fundamento jurídico para este inquérito. É uma tentativa de intimidação bisonha. O Datafolha tem uma vocação histórica de bem informar e vai continuar a exercer seu papel".

Já a campanha de Bolsonaro decidiu acionar a Procuradoria-Geral Eleitoral e o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) contra os institutos.

Os advogados do chefe do Executivo querem uma investigação para, segundo eles, apurar se houve irregularidade ou crime na divulgação de resultados que divergiram do apurado ao final da votação.

As petições protocoladas nesta terça são direcionadas ao corregedor-geral eleitoral, Benedito Gonçalves, e ao procurador-geral, Augusto Aras. Desde domingo (2), ministros do governo Jair Bolsonaro (PL), aliados no Congresso e apoiadores criticam os institutos de pesquisa pela disparidade com o resultado.

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, pediu nesta terça aos apoiadores do presidente que façam um boicote aos institutos de pesquisa.

"Divulgar pesquisas como arma de manipulação do eleitor deve ser proibido. Não vamos permitir que os institutos prestem esse desserviço. Pe-

ço a todos que apoiam o presidente que NÃO respondam nenhuma pesquisa", afirmou.

Na segunda (3), o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, também criticou as pesquisas. Em meio à ofensiva bolsonarista contra os institutos de pesquisa, o senador Mar-

cos do Val (Podemos-ES) apresentou um requerimento para criação de uma CPI para investigar as pesquisas eleitorais. Segundo o documento, o objetivo é "aferir as causas das expressivas discrepâncias entre as referências prognósticas, principalmente de curtíssimo

prazo, e os resultados".

Nesta terça, o senador disse já ter conseguido 12 dos 27 apoios necessários de senadores para a abertura da CPI.

Segundo o Datafolha, Lula tinha 50% dos votos válidos, ante 36% de Bolsonaro — a margem de erro era de dois pontos

para mais ou menos. De acordo com o Ipec, o petista alcançava 51%, ante 37% do atual presidente, com mesma margem. Finalizada a apuração, o TSE anunciou 48,43% para Lula e 43,2% para Bolsonaro.

Após ser alvo de críticas de Bolsonaro e aliados, o Datafolha afirmou que as pesquisas eleitorais servem para mostrar tendências, e não o resultado final de uma eleição.

"Pesquisa não é prognóstico. Cada pesquisa é a fotografia de um determinado momento. O resultado final é só na urna", disse Luciana Chong, diretora do Datafolha, que refuta a tese de algum tipo de erro metodológico.

"As pesquisas eleitorais me-

dem a intenção de voto no momento em que são feitas. Quando feitas continuamente ao longo do processo eleitoral, são capazes de apontar tendências, mas não são prognósticos capazes de prever o número exato de votos que cada candidato terá", afirmou a direção do Ipec em nota.

Segundo Chong, é bastante provável que tenha emergido nas horas finais um voto útil pró-Bolsonaro oriundo dos eleitores que antes declaravam preferência por Simone Tebet e, principalmente, por Ciro Gomes.

O temor de que Lula fosse eleito no primeiro turno pode, segundo ela, ter contribuído para esse comportamento.

Observadores internacionais exaltam urnas

BRASÍLIA Em relatórios preliminares, missões internacionais de observação eleitoral exaltaram a urna eletrônica e afirmaram que o primeiro turno de votação no Brasil foi seguro e transparente.

Parte dos observadores também reconheceu que houve falhas em diversas seções eleitorais, mas afirmou que o problema não foi generalizado.

O chefe da equipe da União (União Interamericana de Organismos Eleitorais), Lorenzo Córdova, disse que a urna eletrônica brasileira é uma "fortaleza da democracia" e o melhor modelo deste tipo com que já teve contato.

A OEA (Organização dos Estados Americanos) apontou que a "cidadania brasileira demonstrou maturidade e compromisso cívico" mesmo em "contexto de alta tensão e polarização".

Já a missão do Parlasul (Parlamento do Mercosul) disse que o uso da urna eletrônica foi seguro e confiável, "não suscitando reclamações não sendo observados quaisquer inconvenientes na sua utilização".

De acordo com a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), as eleições no Brasil ocorreram "em conformidade com os preceitos legais" e satisfizeram os requisitos internacionais.

Mateus Vargas

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 9